

17 DEZ 1991

A rolagem da dívida

CORREIO BRAZILIENSIS

Tarcísio Holanda

Certamente que a novela em torno da rolagem da dívida dos estados e da reforma tributária termina hoje, se não foi possível até ontem. Como a partir de hoje Câmara e Senado estarão funcionando em caráter extraordinário, o presidente daquela Casa, Ibsen Pinheiro, que é respeitável militante do PMDB, colocará em primeiro lugar na pauta a rolagem da dívida, antes, portanto, da reforma tributária, dispensando o requerimento de urgência que reclama 252 votos em plenário.

A obstrução parlamentar comandada pela estranha aliança formada pelo PT de Lula, o PDS de Paulo Maluf, o PSDB e, até recentemente, o governador Antônio Carlos Magalhães revela apenas o interesse de evitar que adversários poderosos como o ex-governador Orestes Quércia e o governador Leonel Brizola tenham folga financeira para respirar e investir pesado contra os seus inimigos políticos.

Ao lado do deputado Delfim Netto, o deputado gaúcho Carlos Azambuja estimava de 800 milhões a um bilhão de dólares o ganho de São Paulo com a rolagem da dívida, ao mesmo tempo em que dizia:

“Se o negro Collares (governador Alceu Collares) já nos dá trabalho sem dinheiro, o que diria com dinheiro...”

O líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, confirmava ter sido concluído um acordo com o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, para diminuir as benesses na rolagem. Pelo entendimento, os juros deixarão de ser fixos (em seis por cento) para ficar no mesmo nível do que estiver sendo pago pela União, respeitado o limite de comprometimento da receita estadual em 11

por cento no primeiro ano e 15 por cento no segundo.

“E quem vai pagar o subsídio referente à diferença?” indagava, ontem, no gabinete da liderança do PDS, o experiente deputado Delfim Netto, sustentando a tese de que o plano de rolagem vai agravar o problema das contas públicas e servir para que alguns importantes líderes estaduais tenham folga para investir na eleição municipal do próximo ano contra os seus adversários.

“Com esse programa de rolagem, o Quérícia esmaga o Maluf em São Paulo”, profetizava o ex-ministro da Fazenda.

Verifica-se, assim, que não está em discussão propriamente a reforma tributária proposta pelo Governo, mas a rolagem da dívida dos estados na medida em que favorece os projetos políticos de importantes adversários de parlamentares nos estados. O senador Fernando Henrique Cardoso anunciava, ontem, que entrará com ação de inconstitucionalidade desse plano de rolagem do endividamento dos estados no Supremo Tribunal Federal, se a matéria for aprovada, como se acredita.

Pelo telefone, Fernando Henrique Cardoso — um grande adversário de Quérícia em São Paulo — indagava do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o que ganhará o Governo com essa barganha. De acordo com cálculos feitos pela assessoria do líder tucano na Câmara, deputado José Serra, a reforma tributária não carregará para o Tesouro os dez bilhões estimados pelo Governo, mas algo em torno de quatro a cinco bilhões de dólares. O líder do PSDB no Senado acha que o Governo está dando muito em troca de quase nada, o que, para ele, perde sentido. Cada um reage de acordo com os seus interesses.